

## 2 - SOBRE A PROPOSTA HISTORIOGRÁFICA DE IBN KHALDUN: A RESPONSABILIDADE DO HISTORIADOR NO TRATAMENTO DE DADOS NUMÉRICOS

*Elaine Cristina Senko<sup>114</sup>*

### RESUMO

No presente estudo investigamos a proposta historiográfica formulada pelo erudito muçulmano Ibn Khaldun (1332-1406) em sua obra *Muqaddimah*, composta entre os anos de 1374 e 1378, em Calat Ibn Salama, Norte de África. Nosso objeto de análise será a perspectiva, defendida pelo autor, da responsabilidade que o historiador deve possuir no que se refere ao tratamento de dados numéricos durante o seu trabalho.

O estudo da proposta historiográfica de Ibn Khaldun tem absorvido grande parte de minha atenção acadêmica desde o início de minha graduação, em 2006, tendo em vista a complexa e intrincada argumentação do autor ao estabelecer cada respectivo pressuposto à investigação dos acontecimentos passados. Não foi e nem continua sendo uma tarefa fácil, principalmente pela resistência e preconceito que muitos ainda nutrem em relação ao universo islâmico e sua história, fruto de uma incompreensão contemporânea. Nesse sentido, contra tal pensamento raso e reducionista, a produção historiográfica desempenha grande importância esclarecedora, pois é seu dever apresentar, discutir e refletir sobre as diferentes culturas, bem como suas manifestações ao longo dos tempos, do ponto de vista da compreensão e do respeito por suas características modelares.

Pois bem, Khaldun foi um importante personagem em seu tempo, renomado homem de estudos e influente nas atividades políticas que desempenhou. Atuando e

---

<sup>114</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, membro do Núcleo de Estudos Mediterrânicos e orientada pela Professora Doutora Marcella Lopes Guimarães. Projeto de pesquisa CAPES/REUNI: A formação de um historiador islâmico na Idade Média e sua relação com o poder: Ibn Khaldun (1332-1406). E-mail: [elainesenko@hotmail.com](mailto:elainesenko@hotmail.com)

transitando pelos diversos sultanatos do norte da África, bem como na Península Ibérica, do século XIV, soube lidar com os diferentes assuntos mundanos ao mesmo tempo em que se pôs à refletir sobre o passado e a importância de seu conhecimento para os homens do presente. De fato, foi em sua obra *Muqaddimah*, composta entre 1374 e 1378, em Calat Ibn Salama, atual Argélia, que o autor apresentou seu modelo de investigação histórica – um símbolo da erudição do autor que, na atualidade, ainda desperta grande interesse por parte daqueles interessados na discussão da teoria da historiografia. Conseqüentemente, é a parte de sua obra mais traduzida. Vejamos na seguinte tabela o quadro geral dos trabalhos compostos por Khaldun:

<i>Introdução e Primeiro Livro do Kitab</i>	Considerações acerca da excelência da ciência histórica e aspectos da sociedade humana, ou seja, é a parte que conhecemos pelas edições de Khoury, Feres/Trabulse e De Slane como <i>Muqaddimah</i> ou <i>Prolegômenos</i> .
<i>Autobiografia de Ibn Khaldun</i>	Um relato sobre os acontecimentos de sua vida, aparece em anexo nas edições de Feres/Trabulse, De Slane e Khoury
<i>História</i>	Formada pelos livros II ao VII. Os livros II ao V do <i>Kitab</i> tratam das dinastias pré-islâmicas (árabes, assírios, coptas, hebreus, persas, os gregos e o Império fundado por Alexandre, o Grande; os romanos e o Império dos Césares). Esses livros II a V somente existem em língua árabe. Os livros VI e VII são conhecidos por nós graças especialmente ao esforço do Barão De Slane e foram intitulados como <i>História dos Berberes</i> . Estes dois livros finais contam a história da sociedade e dos poderosos de Al-Andaluz e do Norte de África.

Entrevemos, pelo expressivo conjunto de sua obra, a importância atribuída por Khaldun ao conhecimento histórico em geral, ou seja, referente aos diversos povos. De fato, o autor reconhece (1958, p. 17) que a história possui um nobre objetivo em vista de sua utilidade, diretamente relacionado a importância de seus resultados. Mas no que,

exatamente, ela seria importante para Khaldun? Segundo o autor (1958, p. 17), aqueles que buscam se instruir, seja no âmbito espiritual ou temporal, encontram na história “lições de conduta”, ou melhor, dignos exemplos para a correta orientação dos homens em suas tarefas. Nesse sentido podemos verificar resquícios, em termos de uma originalidade anterior, do pensamento historiográfico clássico na concepção proposta por Ibn Khaldun. Vejamos, Tucídides (1990, p. 164, 166) acreditava que as informações de seu relato, por serem verdade e não mito, possuíam grande valor útil aos homens que desejassem compreender e lidar com eventos iguais ou semelhantes àqueles do passado no presente ou futuro. Políbio igualmente reforçou (1981, p. 503) o caráter pragmático de sua pesquisa, tendo em vista que estimulava o ato de reflexão sobre o passado em vista de uma melhor consideração, previsão e averiguação em relação ao futuro e suas dificuldades. Tal pensamento, enquanto raiz definidora de uma inteligibilidade para o gênero histórico, o encontramos no mundo romano, sintetizada nas seguintes palavras de Cícero (1967, p. 244): “A história é a testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestre da vida, mensageira do passado”. Pois bem, Khaldun será também um grande defensor do conhecimento histórico “verdadeiro”, ou seja, aquele que, por apresentar informações verdadeiras, cumpre ao seu nobre objetivo de transmitir lições e exemplos. Porém, segundo o próprio autor (1958, p. 18), “não é senão através de um exame atencioso e de uma aplicação profunda que poderemos chegar à verdade e prevenir-nos contra os erros e os equívocos”, utilizando-se, para isso, dos “recursos da mais diversa natureza e conhecimentos dos mais variados e gerais”.

O rigor metodológico na investigação dos fatos passados, portanto, será uma das principais características do fazer histórico de Ibn Khaldun, tornando-se objeto de constante reflexão por parte do autor ao longo da *Muqaddimah*. Nesse sentido, dentre as várias situações e exemplos trabalhados, Khaldun propõe um cuidado especial do historiador no que diz respeito ao tratamento de dados numéricos. De fato, um grave erro apontado por Khaldun (1958, p.19) é quando o historiador emprega cifras exageradas no

momento que relata batalhas ou o número de descendentes pertencentes a uma certa dinastia:

Assim foi que Maçudi e muitos outros historiadores, falando do exército dos Israelitas, disseram que Moisés, ao fazer o recenseamento de sua gente, quando no deserto, depois de passar em revista os homens em estado de carregar armas e com vinte anos ou mais de idade, achou que seus guerreiros ascendiam a mais de seiscentos mil. Não indagou o historiador, nesta circunstância, se as terras do Egito e da Síria reunidas seriam bastante vastas para fornecerem um número tão elevado de homens em idade militar. Cada império do mundo mantém, para sua própria defesa, tantos soldados quantos os meios de que dispõe; para isto, cada país suporta grandes encargos, mas não poderia suportar e manter um número de soldados acima de suas possibilidades. É o que comprovam os usos a que estamos habituados e os fatos que se passam sob os nossos olhos. Acrescentemos que exércitos cujo número de soldados se elevasse a uma tal cifra não poderiam combater, levando em conta que o espaço, o campo de batalha, tornar-se-ia, por duas ou três vezes, além da capacidade visual, se não mais ainda! Como poderia uma das partes voltar com a vitória sem saber uma das suas alas o que se passava na outra? Os fatos de que todos somos testemunhas diárias são suficientes para confirmar estas nossas observações: o passado e o futuro assemelham-se como duas gotas d'água.

Khaldun desconfia do número exagerado de homens pertencentes ao exército israelita, considerando tal informação de caráter muito improvável. Interessante é que Khaldun relembra aqui da ação reflexiva “não indagou o historiador”, pois acredita que não houve, por parte de historiadores anteriores como Al-Maçudi (871-956), uma ação correta no tratamento das informações, ou seja, eles não souberam questioná-las com base em seus conhecimentos geográficos e políticos. Ora, a própria experiência e observação da realidade seriam os principais suportes para o exercício de tal análise, tendo em vista “os usos a que estamos habituados e os fatos que se passam sob os nossos olhos”. Atuando nesse sentido crítico, Khaldun considera que relevar o tamanho do terreno de combate é de suma importância, pois “acrescentemos que exércitos cujo número de soldados se elevasse a uma tal cifra não poderiam combater, levando em conta que o espaço, o campo de batalha, tornar-se-ia, por duas ou três vezes, além da capacidade visual, se não mais ainda!”. Ademais, um amplo conhecimento militar era

evidente em Khaldun, através do qual ele problematiza “como então poderiam estes dois grandes exércitos inimigos combater um com o outro? Como poderia uma das partes voltar com a vitória sem saber uma das suas alas o que se passava na outra?”. Por fim, Khaldun pondera sua análise ressaltando que “os fatos de que todos somos testemunhas diárias são suficientes para confirmar estas nossas observações: o passado e o futuro assemelham-se como duas gotas d’água”. O passado e o futuro são dois tempos distintos, mas se tornam semelhantes quando as ações humanas podem se tornar objetos de comparação. Assim, o historiador tunisino continua (1958, p. 19-20) sua crítica ao exagero numérico do exército israelita, agora contrapondo a este a força dos persas:

Aliás, o império dos persas superava de muito o dos israelitas. É o que provam as vitórias de Bakhta-Nassar (Nabucodonozor), o qual, não obstante a grande distância que o separava deste país, tirou aos israelitas toda a soberania e destruiu Jerusalém, sede de sua religião e de seu poderio. Ora, este homem não era mais do simples governador de uma das províncias da Pérsia; um sátrapa, digamos, que comandava as forças na fronteira ocidental do Império! Notemos ainda que nos dois Iraques, o Khorção, a Transoxiana e as Portas Caspianas, todas as províncias deste Império, apresentavam uma área bem superior à da terra dos israelitas. Entretanto, nunca conseguiram os exércitos da Pérsia reunir, nem de longe, número de homens tão grande como o atribuído aos israelitas quando do recenseamento.

No trecho acima, Khaldun questiona, através de exemplos do passado, como a população israelita conseguiria ser de maior número diante da provável grande quantidade de homens no exército persa, os quais estavam distribuídos ao longo de suas vastas fronteiras e províncias. Assim, o historiador tunisino avança na sua argumentação crítica, resultado possivelmente de suas pesquisas nos textos sagrados, na *Bíblia* e no *Alcorão*<sup>115</sup>. Khaldun, muito provavelmente consciente de que no *Alcorão* está escrito “multidão” de israelitas (Suratu Ach-Chuara, 61) e que na *Bíblia* está confirmada a cifra

---

<sup>115</sup> Esse dado referente ao número do exército israelita (mais de seiscentos mil) está na Bíblia, na parte intitulada Números (1:46). E no *Alcorão* há referência à *multidão* dos filhos de Israel, mas não encontramos o número exato de combatentes. (*Alcorão*, Suratu Ach-Chuara (A Sura dos Poetas), 61). É importante ressaltar que a presença do Profeta Moisés (1592 a. C. – 1472 a. C.) no *Alcorão* é uma constante.

dos mais de seiscentos mil, pretende mesmo assim desqualificar a autoridade de historiadores islâmicos como Maçudi. Tal atitude se deve, principalmente, ao fato deles colocarem como verdade absoluta, reproduzindo sem criticidade<sup>116</sup>, a referida cifra numérica dos “inúmeros” combatentes israelitas diante do “diminuto” território à que eles perteciam, incorrendo assim num grave erro histórico. De fato, o autor enfatiza (1958, p. 21) seu argumento de caráter lógico e racional para a desmistificação das informações:

Além disso, se o número dos israelitas houvesse atingido esta alta cifra, o seu território teria grande superfície e seu domínio ter-se-ia estendido para longe. Os governos e os reinados são grandes ou pequenos, segundo o número de soldados que mantêm e de tribos que empregam em sua defesa, conforme veremos na parte deste Livro que trata dos Impérios. Ora, nesse tempo, o território dos Israelitas, como todo o mundo sabe, não ia, do lado da Síria, além do Jordão e da Palestina, e, do lado do Hijaz, não passava dos cantões de Yatrib e de Khaibar.

Observamos que o autor utiliza de seu conhecimento sobre a geografia da região como um reforço importante para sua argumentação. Khaldun, construindo um pensamento que entrevê a possibilidade, entende que, devido ao fato dos israelitas viverem em poucos territórios, conseqüentemente não possuiriam força bélica humana suficiente frente aos persas. Ademais, Khaldun reforça (1958, p.21-22) tal critério da pequena quantidade de homens israelitas tendo por análise as gerações da família de Moisés, demonstrando assim seguir a tradição da prosopografia e da genealogia inerente aos estudos históricos islâmicos (nesse caso fornecido como informação correta através de Maçudi) e também de seu próprio contato com o Pentateuco:

---

<sup>116</sup> Como Khaldun salienta (1958, p. 18) “Com efeito, se o historiador se contentar com reproduzir as narrativas transmitidas por via de tradição, sem consultar as regras aconselhadas pela experiência, os princípios fundamentais da arte de governar, a própria essência da instituição social e aquelas circunstâncias que caracterizam a sociedade humana, se não julgar sobre o que está longe pelo que está ao alcance de seu olhar, se não comparar o passado com o presente, nunca poderá evitar equívocos, caindo em erros, que o arrastam para longe do caminho da verdade.”

Além desta exiguidade de território, há uma outra: os estudiosos mais doutos encontram apenas três gerações separando Moisés de Israel. Com efeito, Moisés era filho de Amran, filho de Tashor, filho de Chait, filho de Lauy (Levi), filho de Jacó, também chamado Israel de Deus. Esta genealogia é fornecida pelo Pentateuco. O espaço de tempo que os separa uns dos outros é indicado por Maçudi da maneira seguinte: 'Israel, logo que se transportou para junto de José, entrou no Egito com seus filhos, chefes das doze tribos, e suas crianças, em número de setenta indivíduos. Sua permanência no Egito até o momento em que daí saíram, sob o comando de Moisés, para entrarem no deserto, foi de duzentos e vinte anos, durante os quais sofreram o domínio dos faraós, reis dos coptas'. Pois bem, é inverossímil que, no espaço de quatro gerações, uma família pudesse crescer tanto.

Dessa forma, o historiador Khaldun não estava negando que poderia haver uma pequena centena de familiares com Moisés, mas sim criticando a existência de centenas de milhares de homens combatentes. Portanto, para Khaldun, essa numeração dos seiscentos mil é falsa e aqueles que a transmitem incorrem em grave erro com relação ao poder da verdade. Interessante também é o fato de que Khaldun não estava buscando desmerecer todo o escrito sagrado do Antigo Testamento, mas sim levantar uma discussão, com base em critérios lógicos e contextuais, sobre a veracidade ou não das informações. Vemos, logo a seguir, que Khaldun nos indica (1958, p. 22-23) que o Antigo Testamento é mesmo assim valiosa fonte fiável para algumas outras informações:

Os dados fornecidos pelas crônicas dos israelitas, a saber, que a guarda de Salomão era formada por doze mil infantess e a sua cavalaria por mil e quatrocentos cavalos ensilhados às portas de seu palácio, é que são autênticos. Ora, o reinado de Salomão foi a época em que o império dos judeus esteve mais florescente e em que seu território atingiu maior extensão.

Assim, para completar sua análise e discussão sobre o erro da cifra exagerada em relação àqueles que seguiam ao lado de Moisés para a Terra Prometida, Khaldun apontou que, no caso da narrativa sobre a guarda de Salomão, ele identificou uma aproximação com a verdade. Khaldun provavelmente fez um levantamento de fontes, estudando o período, utilizando-se de sua reflexão crítica para afirmar que, no tempo do auge dos israelitas, a guarda do rei Salomão (1009-922 a.C.) poderia sim possuir por volta de doze

mil infantes e enfrentar um grande exército persa. Por fim, Khaldun conclui (1958, p. 23) sua argumentação sobre o tratamento de dados numéricos apresentando conselhos e advertindo os historiadores:

Estabelecido este ponto, queremos observar que, quando enumeram as forças dos impérios que existiam em sua época ou pouco antes, quando falam sobre o poderio dos exércitos, quer muçulmanos, quer cristãos; quando se expandem sobre as quantias arrecadadas dos impostos, sobre as despesas e gastos dos soberanos e de altas personagens que vivem no luxo, e sobre os objetos de valor que se encontram nas casas dos ricos, quase todas as pessoas comprazem-se, nestes casos, em fornecer números que superam todos os limites que a experiência quotidiana oferece, e acolhem cegamente sugestões que não têm outro fundamento senão o desejo de contar coisas extraordinárias. Consultando os comandantes da administração militar acerca do número de seus comandados, investigando a posição dos ricos a respeito dos objetos preciosos que possuem e dos privilégios de que gozam, examinando os gastos habituais dos homens que vivem luxuosamente, encontrar-se-á que a realidade é dez vezes inferior ao que tão enfatuadamente se conta. Mas tudo isso é devido à tendência do espírito para o exagero, à facilidade com que cada um se permite falar de tudo, ao descaso da crítica, à indiferença do auditório e do público (para com a verdade). Estas as razões porque não se procura mais evitar os erros em que se pode cair de propósito ou por descuido, e porque não se tenta guardar um justo meio na descrição, nem submetê-la a qualquer exame crítico. Pelo contrário, dá-se rédea solta à língua para deixá-la correr no campo da mentira.

É interessante na presente reflexão o fato de Khaldun admitir que muitas pessoas simplesmente comprazem-se em fornecer número exagerados, inviáveis do ponto de vista lógico, apenas visando tornar seu conto mais extraordinário e atrativo aos olhos de outros. Khaldun também demonstra que o pensamento historiográfico deve seguir uma parâmetro de análise universal, independente se a narrativa, naquilo que diz respeito, comenta sobre cristãos ou muçulmanos. Por isso, para uma aproximação à verdade histórica, basta ao historiador esclarecer-se, ou seja, procurar opiniões e informações de autoridade. Ora, Khaldun investigou a informação acerca da cifra relatada por Maçudi e outros historiadores tendo por base leituras comparadas, bem como um estudo do contexto geográfico, político e militar da época e do presente, para assim avaliar a possível realidade daquele momento. Nesse sentido, dialogando em termos de crítica para

com a tradição historiográfica islâmica, Khaldun fortalece um pressuposto de responsabilidade para a escrita da história que mantém, em relação à metodologia e inteligibilidade do discurso histórico inerente aos clássicos antigos, uma relação muito próxima. Tudo isso, em grande parte, devido ao fato de que a erudição muçulmana soube preservar, transformar e difundir, através do movimento de transladação dos estudos (*Translatio studiorum*), diferentes aspectos da cultura antiga e, como percebemos e defendemos em nossos estudos, a raiz crítica do pensamento historiográfico. Por fim, diante de todas as considerações aqui levantadas sobre o pensamento historiográfico de Khaldun, questionamos nossos colegas de profissão: como, ainda hoje, não utilizar Khaldun como bom exemplo de historiador?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CICERO. **De oratore**. Vol. I. Trad. H. Rackham. Cambridge/ Londres: Harvard University Press/ William Heinemann (Loeb Classical Library), 1967.

KHALDUN, Ibn. **Muqaddimah** – Os prolegômenos (tomo I). Trad. integral e direta do árabe para a língua portuguesa por José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1958.

KHALDUN, Ibn. **História dos Berberes (tomo I, II, III, IV)**. Trad. da língua árabe para a língua francesa pelo Barão De Slane. Alger: Gouvernement France, 1852-1865.

KHALDUN, Ibn. **Introducción a la historia universal (Al-Muqaddimah)**. Trad. de Juan Feres e estudio preliminar, revisión y apéndices de Elías Trabulse. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

POLÍBIO. **Historias** : livros V-XV. Trad. Manuel B. Recort. Madrid: Gredos, 1981.

TUCIDIDES. **Historia de la guerra del Peloponeso** : libros I – II. Trad. Juan José Torres Esbarranch. Madrid : Gredos, 1990.